DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE AVAÍ

Conforme Lei Municipal nº 2.198, de 08 de maio de 2017

www.avai.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai

SUMÁRIO

PODER EXECUTIVO DE AVAÍ	2
Atos Oficiais	2
Decretos	2
Conselhos Municipais	24
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA	24

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Avaí, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Avaí poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.avai.sp.gov.br
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Avaí
CNPJ 46.137.436/0001-28
PC Major Gasparino de Quadros, 460
Telefone: (14) 3287 1134
Site: www.avai.sp.gov.br
Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai

Câmara Municipal de Avaí
CNPJ 66.493.958/0001-70
PC Major Gasparino de Quadros, 251
Telefone: (14) 3287-1245
Site: www.camaraavai.sp.gov.br

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de Avaí garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.avai.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE AVAÍ

Conforme Lei Municipal nº 2.198, de 08 de maio de 2017

www.avai.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai

PODER EXECUTIVO DE AVAÍ

Atos Oficiais

Decretos

DECRETO N° 1.359/2019

"Dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Administração Direta do Município, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, que estabelece o regime jurídico das parcerias com organizações da sociedade civil."

ANDRÉ LUIS DA SILVEIRA ANTONIO, Prefeito Municipal de Avaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DA ABRANGÊNCIA

Art. 1º Este decreto dispõe sobre o regime jurídico das parcerias celebradas pela Administração Pública Municipal com organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.

Parágrafo único. A aplicação das normas contidas neste decreto tem como fundamentos o princípio da autonomia municipal, a gestão pública democrática, a participação social, o fortalecimento da sociedade civil, da cidadania e a transparência na aplicação dos recursos públicos com vistas ao atendimento do interesse público e à qualidade das ações e serviços ofertados aos cidadãos.

Art. 2º Para os efeitos deste decreto, considera-se:

I - Administração Pública Municipal: o Município e suas respectivas autarquias e fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público, e suas subsidiárias, alcançadas pelo disposto no § 9º do artigo 37 da Constituição Federal;

II - Organização da Sociedade Civil:

a) pessoa jurídica sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social.

Art. 3º Os órgãos e entes da Administração Pública Municipal:

I - considerarão as parcerias que pretendem firmar e os objetivos delas esperados em sua atividade de planejamento, inclusive para fins orçamentários, no que toca aos custos estimados;

II - analisarão, a partir do acompanhamento da execução das parcerias firmadas, o alcance dos objetivos esperados e os custos envolvidos, de modo a possibilitar eventuais ajustes no planejamento das parcerias.

Parágrafo único. As regras do "caput" deste artigo voltam-se à atividade de planejamento de parcerias em geral, sem a exigência de demonstração de seu cumprimento individualmente como requisito para a celebração de cada parceria.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º. Compete ao Prefeito Municipal:

I - designar a comissão de seleção, a comissão de monitoramento e avaliação e o gestor da parceria;

II - autorizar a abertura de editais de chamamento

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE AVAÍ
Conforme Lei Municipal nº 2.198, de 08 de maio de 2017
www.avai.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai

público;

III - homologar o resultado do chamamento público;

IV – celebrar termos de colaboração, termos de fomento e acordos de cooperação;

V - anular ou revogar editais de chamamento público;

VI - aplicar as penalidades previstas na legislação, nos editais de chamamento público ou nos termos de colaboração, termos de fomento e acordos de colaboração;

VII - autorizar alterações de termos de colaboração, termos de fomento e acordos de cooperação;

VIII - denunciar ou rescindir termos de colaboração, termos de fomento e acordos de cooperação;

IX - decidir sobre a prestação de contas final.

§ 1º A competência prevista neste artigo poderá ser delegada, vedada a subdelegação.

§ 2º Não poderá ser exercida a delegação prevista no § 2º deste artigo para a aplicação da sanção de suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato e a declaração de inidoneidade.

CAPÍTULO III

DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

Art. 5º A Administração Pública manterá, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos planos de trabalho, por no mínimo 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento.

Art. 6º Enquanto o sistema de cadastramento eletrônico das Organizações da Sociedade Civil não contemplar a publicação das informações exigidas pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, a Prefeitura Municipal de Avaí deverá manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho.

Parágrafo único. Da relação de que trata o “caput” deste artigo deverão constar também as seguintes informações:

I - objeto da parceria;

II - valor total previsto na parceria e valores efetivamente liberados;

III - nome completo do representante legal da organização da sociedade civil parceira;

IV - data de início e término da parceria, incluindo eventuais prorrogações;

V - situação da prestação de contas final da parceria, informando a data limite para sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para sua análise e o resultado conclusivo;

VI – “link” ou anexo com a íntegra do termo de fomento ou colaboração, respectivo plano de trabalho e eventuais termos aditivos;

VII - quando vinculado à execução do objeto e pago com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;

VIII - quando a parceria tratar de serviços continuados vinculados a direitos do cidadão, a especificação dos padrões de atenção a serem prestados.

Art. 7º A organização da sociedade civil divulgará, em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de sua sede social e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, as parcerias celebradas com o Poder Público.

Parágrafo único. A divulgação contemplará as informações exigidas no artigo 6º deste decreto, sem prejuízo de outras que a organização considerar pertinentes tendo em vista a transparência das atividades desenvolvidas em regime de parceria.

Art. 8º As exigências de transparência e publicidade em todas as etapas que envolvem o termo de fomento ou de colaboração, desde a fase preparatória até o final da prestação de contas, serão mitigadas, naquilo em que for necessário e observada a legislação vigente, quando se tratar de parceria para o desenvolvimento de programa de proteção a pessoas ameaçadas.

Art. 9º As denúncias sobre eventual aplicação irregular dos recursos transferidos ou desvirtuamento do objeto em parceria podem ser feitas pelos canais disponibilizados pela Controladoria Geral do Município, sem prejuízo de medida de apuração e saneamento afeta ao órgão ou

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE AVAÍ
Conforme Lei Municipal nº 2.198, de 08 de maio de 2017
www.avai.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai

ente municipal responsável pela parceria.

Art. 10. Audiências públicas poderão ser realizadas na fase prévia ao lançamento do edital de chamamento, do credenciamento ou ainda no curso do processo seletivo, nos moldes definidos por cada órgão ou ente municipal, de modo a propiciar a participação social nas parcerias.

§ 1º A convocação de audiência pública dar-se-á mediante publicação no Diário Oficial da Cidade ou em página do sítio oficial do órgão ou ente na internet, com prazo de antecedência da data de sua realização que possibilite a efetiva divulgação.

§ 2º Será assegurado aos interessados o direito de obter informações sobre as parcerias objeto de audiências públicas, assim como delas participar.

§ 3º Os conselhos municipais de políticas sociais, de segmentos da sociedade e de defesa de direitos poderão ser informados acerca da realização das audiências públicas, nos moldes definidos por cada órgão e ente municipal, respeitada a legislação de cada política social, de modo a aprimorar o sistema de controle social nas relações de parceria.

CAPÍTULO IV

DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO OU DE FOMENTO

Seção I

Dos Termos de Colaboração e Termos de Fomento

Art. 11. O termo de colaboração é o instrumento pelo qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela Administração Pública com organizações da sociedade civil, objetivando, em regime de mútua cooperação, com transferência de recursos financeiros, a execução de políticas públicas de natureza continuada ou não pelas organizações da sociedade civil, por meio de metas e ações que afiancem condições básicas propostas pelo parceiro público em plano de trabalho, observando-se os programas ou planos setoriais da área correspondente, quando houver.

§ 1º Para a celebração do termo de colaboração, a Administração Pública publicará edital de chamamento público, que deverá ser acompanhado de minuta de plano de trabalho contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

II - descrição das metas a serem atingidas e das atividades ou projetos a serem executados, devendo estar claro, preciso e detalhado, o quanto possível, o que se pretende alcançar, realizar ou obter;

III - previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

IV - forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;

V - definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

§ 2º Com base no edital e na minuta de plano de trabalho publicada pela Administração Pública, a organização da sociedade civil interessada deverá apresentar sua proposta de plano de trabalho contendo as informações previstas no artigo 22 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e no artigo 20 deste decreto.

§ 3º Sempre que possível, a Administração Pública estabelecerá critérios a serem seguidos, especialmente quanto às características básicas das parcerias, notadamente os objetos, as metas, os custos, os indicadores, quantitativos e qualitativos, de avaliação de resultados, nos termos do parágrafo único do artigo 23 da Lei nº 13.019, de 2014.

§ 4º Os padrões de qualidade dos serviços continuados oferecidos à população, bem como a sua manutenção ao longo da parceria constarão dos chamamentos públicos ou dos planos de trabalho, com prioridade, entre outros instrumentos, para a avaliação dos serviços pelo cidadão usuário, cabendo ao órgão da Administração Pública ou à organização parceria informá-lo de maneira clara e precisa dos termos da parceria, do atendimento específico, assim como de seus direitos, nos moldes definidos pela Prefeitura Municipal de Avaí.

Art. 12. O termo de fomento é o instrumento pelo qual são formalizadas as parcerias estabelecidas entre a Administração Pública e as organizações da sociedade

civil, em regime de mútua cooperação, com transferência de recursos financeiros, com o objetivo de fomentar inovações por meio de projetos de interesse público por elas desenvolvidos, com metas e ações propostas pela organização em plano de trabalho, observando-se os programas ou o plano setorial da área correspondente, quando houver.

Art. 13. Para a celebração do termo de fomento, a Administração Pública publicará edital especificando os temas prioritários e a ação orçamentária, cujas metas e atividades deverão ser propostas pela organização da sociedade civil, a qual deverá especificar, no plano de trabalho, o detalhamento exigido pelo artigo 22 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, sem prejuízo das informações que poderão constar da convocação, nos moldes do artigo 23 da mesma lei, observado o § 4º do artigo 11 deste decreto.

Art. 14. O acordo de cooperação é instrumento jurídico pelo qual são firmadas parcerias pela Administração Pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

Art. 15. As organizações da sociedade civil poderão celebrar mais de uma parceria concomitantemente, no mesmo órgão ou em outros, vedada a inclusão da mesma despesa em mais de um plano de trabalho.

Seção II

Do Procedimento de Manifestação de Interesse Social

Art. 16. Fica instituído o Procedimento de Manifestação de Interesse Social - PMIS como instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas à Prefeitura Municipal de Avaí, para avaliação da possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria.

Art. 17. A Prefeitura Municipal de Avaí somente receberá e autuará propostas de parceria que atendam aos seguintes requisitos:

I - identificação do subscritor da proposta, por meio de cópia do documento de identidade, se pessoa física, ou documentação que comprove a representação, no caso de pessoa jurídica;

II - indicação do interesse público envolvido;

III - diagnóstico da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver e, quando possível, indicação da viabilidade, dos custos, dos benefícios e dos prazos de execução da ação pretendida.

Art. 18. A Prefeitura Municipal de Avaí deverá publicar, ao menos anualmente:

I - lista contendo as manifestações de interesse social recebidas, com descrição da proposta, identificação do subscritor e data de recebimento;

II - parecer técnico acerca da viabilidade de execução da proposta com data de envio ao subscritor.

Art. 19. A realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social não implicará necessariamente a execução do chamamento público, que acontecerá de acordo com os interesses da Administração.

§ 1º A realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social não dispensa a convocação por meio de chamamento público para a celebração de parceria.

§ 2º A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede a organização da sociedade civil de participar do eventual chamamento público subsequente.

§ 3º Independentemente do estabelecimento de chamamentos públicos, as propostas poderão servir de referência para a elaboração das políticas públicas da Administração Municipal.

§ 4º É vedado condicionar a realização de chamamento público ou a celebração de parceria à prévia realização de Procedimento de Manifestação de Interesse Social.

Seção III

Do Plano de Trabalho

Art. 20. O plano de trabalho deverá atender aos requisitos previstos no artigo 22 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, bem como neste decreto.

Parágrafo único. As metas e parâmetros previstos no Plano de Trabalho devem sempre que possível ser

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE AVAÍ
Conforme Lei Municipal nº 2.198, de 08 de maio de 2017
www.avai.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai

dimensionados por critérios objetivos.

Art. 21. Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria, facultada a exigência de contrapartida em bens e serviços cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento.

Parágrafo único. Não são consideradas contrapartidas financeiras eventuais despesas efetuadas em desacordo com o previsto no plano de trabalho e arcadas exclusivamente pela organização da sociedade civil.

Art. 22. É permitida a atuação em rede, por duas ou mais organizações da sociedade civil, mantida a integral responsabilidade da organização celebrante do termo de fomento ou de colaboração, desde que atendidas as exigências contidas no artigo 35-A da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 1º Para fins de aferição da capacidade técnica e operacional da celebrante para supervisionar e orientar a rede, poderão ser aceitos os seguintes documentos:

I - carta de princípios ou similar ou registros de reuniões e eventos da rede ou redes de que participa ou participou;

II - declaração de secretaria executiva ou equivalente de rede ou redes de que participa ou participou, quando houver;

III - declaração de organizações que compõem a rede ou redes de que participa ou participou;

IV - documentos, relatórios ou projetos que tenha desenvolvido em rede.

§ 2º A organização celebrante deverá apresentar, na fase de formulação do projeto, a relação das organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes.

§ 3º Será celebrado um termo de atuação em rede entre as organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes e a organização da sociedade civil celebrante para repasse de recursos, instrumento que regulará a relação estabelecida entre elas.

§ 4º A organização da sociedade civil executante e não celebrante do termo de fomento ou de colaboração também deverá comprovar sua regularidade jurídica e fiscal, nos termos do artigo 33 deste decreto.

§ 5º As vedações constantes do artigo 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, aplicam-se também às organizações da sociedade civil executantes da parceria em rede.

Seção IV

Do Chamamento Público

Art. 23. Para a celebração das parcerias previstas neste decreto, a Administração Pública deverá realizar chamamento público para selecionar as organizações da sociedade civil, o qual se pautará pelos princípios da isonomia, impessoalidade, moralidade, eficiência, publicidade, transparência e julgamento objetivo.

§ 1º O edital do chamamento público observará, no mínimo, as exigências contidas nos artigos 23 e 24 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 2º O chamamento público poderá selecionar mais de uma proposta, conforme previsão no edital.

§ 3º Compete aos órgãos e entes municipais definir no edital de chamamento público o cabimento da atuação em rede com o objeto da parceria a ser celebrada.

§ 4º O chamamento público para celebração de parcerias financiadas com recursos dos fundos da cultura, da criança e adolescente, do esporte e do meio ambiente, entre outros, será realizado conforme a legislação específica, respeitadas as exigências da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e deste decreto.

Art. 24. Os projetos serão processados e julgados por comissão de seleção, designada pelo Prefeito Municipal, com composição de, pelo menos, um servidor ocupante de cargo de provimento efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da Administração Pública Municipal, assegurada, sempre que possível, a participação de servidores das áreas finalísticas dos órgãos ou entes repassadores de recursos.

§ 1º A comissão de seleção poderá contar com até 1/3 (um terço) de membros de conselhos de políticas públicas.

§ 2º No caso de ações ou projetos que sejam financiados com recursos dos fundos da assistência social, da criança e adolescente, do meio ambiente e da saúde, entre outros, a comissão de seleção deverá ser formada conforme a legislação específica, se houver.

§ 3º Será impedida de participar da comissão de seleção pessoa que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, uma das entidades participantes do chamamento público, considerando-se relação jurídica, dentre outras:

I - ser ou ter sido dirigente da organização da sociedade civil;

II - ser cônjuge ou parente, até terceiro grau, inclusive por afinidade, dos administradores da organização da sociedade civil;

III - ter ou ter tido relação de emprego com a organização da sociedade civil.

§ 4º Configurado o impedimento previsto no § 3º deste artigo, deverá ser designado membro substituto com qualificação técnica equivalente à do substituído.

Art. 25. A comissão de seleção, para verificar a comprovação da capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil, bem como de sua experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante, poderá se fundamentar em quaisquer dos seguintes documentos, sem prejuízo de outros:

I - instrumentos de parceria firmados com órgãos e entes da Administração Pública, organismos internacionais, empresas ou com outras organizações da sociedade civil;

II - declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas;

III - publicações e pesquisas realizadas ou outras formas de produção de conhecimento;

IV - currículo dos profissionais responsáveis pela execução do objeto;

V - prêmios locais ou internacionais recebidos.

Art. 26. O edital deverá ser amplamente divulgado em página do sítio oficial da Administração Pública na internet e também no Diário Oficial do Município, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas.

§ 1º Em caso de atividades padronizadas ou serviços continuados decorrentes do objeto da parceria, faculta-se a alteração do prazo previsto no “caput” deste artigo para, no mínimo, 8 (oito) dias mediante prévia justificativa do órgão da Administração Pública.

§ 2º Qualquer pessoa ou organização da sociedade civil poderá impugnar o edital de chamamento, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para apresentação das propostas.

§ 3º A impugnação, que não impedirá a organização da sociedade civil impugnante de participar do chamamento, deverá ser julgada até a data fixada para apresentação das propostas.

Art. 27. O grau de adequação da proposta aos objetivos específicos do programa ou da ação em que se insere o objeto da parceria e, quando for o caso, ao valor de referência constante do chamamento constitui critério obrigatório de julgamento.

§ 1º Terminado o prazo para envio das propostas, a unidade que promove o chamamento público deverá publicar, no sítio oficial da Administração Pública na internet, listagem contendo o nome de todas as organizações da sociedade civil proponentes, com o respectivo CNPJ.

§ 2º Em caso de empate no julgamento das propostas apresentadas, será observado o critério de desempate previsto no edital.

§ 3º Somente depois de encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, a Administração Pública procederá à verificação dos documentos que comprovem o atendimento pela organização da sociedade civil selecionada dos requisitos previstos nos artigos 33 e 34 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 4º Na hipótese de a organização da sociedade civil selecionada não atender aos requisitos exigidos no § 3º deste artigo, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a celebrar a parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE AVAÍ
Conforme Lei Municipal nº 2.198, de 08 de maio de 2017
www.avai.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai

§ 5º Caso a organização da sociedade civil convidada nos termos do § 4º deste artigo aceite celebrar a parceria, proceder-se-á à verificação dos documentos que comprovem o atendimento aos requisitos previstos nos artigos 33 e 34 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 6º O procedimento previsto nos §§ 4º e 5º deste artigo será seguido sucessivamente até que se conclua a seleção prevista no edital.

§ 7º A critério da Prefeitura Municipal de Avaí, poderá ser convocada sessão pública para recebimento e avaliação das propostas, devendo ser publicada no Diário Oficial da Cidade a respectiva ata.

§ 8º Os critérios de julgamento não poderão se restringir ao valor apresentado para a proposta, devendo ser justificada a seleção de proposta que não for a mais compatível com o valor de referência indicado no chamamento público ou pela Administração Púbica Municipal.

Art. 28. Após a publicação do resultado do julgamento pela comissão de seleção, os proponentes e demais interessados terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar recurso, bem como contrarrazões ao recurso apresentado em igual prazo, contado da intimação no Diário Oficial da Cidade ou por endereço eletrônico indicado pela organização para fins de intimação.

§ 1º A comissão de seleção poderá reformar a sua decisão ou encaminhar o recurso, devidamente informado, à autoridade competente para decidir.

§ 2º Das decisões da comissão de seleção caberá um único recurso à autoridade competente.

Art. 29. AAdministração Pública homologará e divulgará o resultado do chamamento com a lista classificatória das organizações participantes em página do sítio oficial da Administração Pública na internet e, se assim considerar o órgão público, no Diário Oficial da Cidade.

Parágrafo único. A homologação não gera direito à celebração da parceria com a organização da sociedade civil, mas obriga a Administração Pública a respeitar o resultado caso venha a celebrá-la.

Art. 30. A Administração Pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

I - no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias;

II - nos casos de guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social;

III - quando se tratar da realização de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança;

IV - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

Parágrafo único. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares à lei orçamentária anual, bem como os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento observará o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 2014, e neste decreto.

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, principalmente quando:

I - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil autorizada em lei, na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do artigo 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 32. Nas hipóteses dos artigos 30 e 31 deste

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE AVAÍ
Conforme Lei Municipal nº 2.198, de 08 de maio de 2017
www.avai.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai

decreto, a ausência de realização de chamamento público será justificada pela autoridade competente.

§ 1º O extrato da justificativa previsto no "caput" deste artigo deverá ser publicado de imediato no sítio oficial da Administração Pública na internet e, eventualmente, a critério do administrador público, também no Diário Oficial da Cidade.

§ 2º Admite-se a impugnação à justificativa, apresentada no prazo de 5 (cinco) dias a contar de sua publicação, cujo teor deverá ser analisado pelo administrador público responsável em até 5 (cinco) dias a contar da data do respectivo protocolo.

§ 3º Havendo fundamento na impugnação, será revogado o ato que declarou a dispensa ou considerou inexigível o chamamento público e imediatamente iniciado o procedimento para a realização do chamamento público, conforme o caso.

§ 4º A dispensa e a inexigibilidade de chamamento público, bem como o disposto no parágrafo único do artigo 30 deste decreto, não afastam a aplicação dos demais dispositivos que regem as parcerias com organizações da sociedade civil.

§ 5º Sem prejuízo da posterior formalização do termo, para a celebração de parcerias em caráter de urgência será emitida ordem de início de execução.

§ 6º Os efeitos do termo de parceria celebrada com fulcro no inciso I do artigo 30 deste decreto retroagem à data da ordem de início de execução da parceria.

§ 7º No caso da dispensa prevista no inciso IV do artigo 30 deste decreto, os setores municipais envolvidos deverão fazer plano para que, no prazo máximo de 5 (cinco) anos, as parcerias existentes sejam substituídas por parcerias realizadas por meio de chamamento.

Seção V

Dos Requisitos para Celebração do Termo de Colaboração e do

Termo de Fomento

Art. 33. Para a celebração das parcerias previstas neste decreto, as organizações da sociedade civil deverão observar, em seus estatutos, as disposições do artigo 33, apresentar os documentos previstos no artigo 34, ambos da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e também, no mínimo, o seguinte:

I – comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, demonstrando sua existência jurídica há, no mínimo, 1 (um) ano;

II - Certidão de Tributos Mobiliários – CTM, comprovando a regularidade perante a Fazenda do Município de Avaí;

III - Certidão Negativa de Débito - CND/INSS e Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, para comprovar a regularidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, respectivamente;

IV - declaração, sob as penas da lei, de inexistência dos impedimentos para celebrar qualquer modalidade de parceria, conforme previsto no artigo 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;

V - declaração, sob as penas da lei, assinada pelos dirigentes da organização da sociedade civil, atestando que não incidem na nomeação, contratação, admissão, designação ou posse para cargos, empregos e funções públicas da Administração Direta e Indireta do Município de Avaí de pessoas que incidam nas hipóteses de inelegibilidade previstas na Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterada pela Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010;

VI - declaração, sob as penas da lei, de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz;

VII - demais documentos exigidos por legislação específica.

§ 1º Caso não esteja cadastrada como contribuinte no Município de Avaí, a organização da sociedade civil deverá apresentar declaração, firmada por seu representante legal, sob as penas da lei, de não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de Avaí.

§ 2º Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas.

§ 3º A verificação da regularidade fiscal da organização

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE AVAÍ
Conforme Lei Municipal nº 2.198, de 08 de maio de 2017
www.avai.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai

da sociedade civil parceira deverá ser feita pela própria Prefeitura Municipal de Avaí nos correspondentes sítios oficiais na internet, dispensando-se as organizações de apresentarem as certidões negativas respectivas, conforme previsto no "caput" deste artigo, salvo se esses documentos não estiverem disponíveis eletronicamente.

§ 4º A comprovação do regular funcionamento da organização da sociedade civil no endereço registrado no CNPJ, nos termos do inciso VII do artigo 34 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, poderá ser feita por meio de contas de consumo de água, energia elétrica, serviços de telefonia e outras da espécie ou, ainda, por meio dos documentos necessários à comprovação da capacidade técnica e operacional da entidade, conforme previsto no artigo 25 deste decreto.

Art. 34. Os extratos de termo de fomento e de termo de colaboração deverão ser publicados no Diário Oficial da Cidade, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar de sua assinatura, bem como disponibilizados na internet.

Parágrafo único. Os efeitos da parceria se iniciam ou retroagem à data de sua celebração.

Art. 35. Será obrigatória a estipulação do destino a ser dado aos bens remanescentes da parceria, sendo que aqueles adquiridos com recursos públicos deverão ser incorporados ao patrimônio público ao término da parceria ou no caso de extinção da organização da sociedade civil parceira.

§ 1º Constará, do termo de colaboração ou fomento, cláusula de previsão da destinação dos bens remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos da parceria, que poderá:

I - autorizar a doação, à organização da sociedade civil parceira, dos bens remanescentes que sejam úteis à continuidade de ações de interesse público, condicionada à prestação de contas final aprovada, permanecendo a custódia dos bens sob a sua responsabilidade até o ato da efetiva doação;

II - autorizar sua doação a terceiros congêneres, como hipótese adicional à prevista no inciso I deste parágrafo, após a consecução do objeto, desde que para fins de interesse social, caso a organização da sociedade civil parceira não queira assumir o bem, permanecendo a custódia dos bens sob a sua responsabilidade até o ato da doação;

III – autorizar que sejam mantidos na titularidade do órgão ou ente público municipal quando necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, visando a celebração de novo termo com outra organização da sociedade civil após a consecução do objeto ou a execução direta do objeto pela Administração Pública, devendo permanecer disponíveis para a retirada pela Administração após a apresentação final das contas.

§ 2º Na hipótese de pedido devidamente justificado de alteração pela organização da sociedade civil, da destinação dos bens remanescentes previstos no termo, o gestor público deverá promover a análise de conveniência e oportunidade, permanecendo a custódia dos bens sob responsabilidade da organização até a decisão final do pedido de alteração.

§ 3º Os direitos de autor, os conexos e os de personalidade incidentes sobre conteúdo adquirido, produzido ou transformado com recursos da parceria permanecerão com seus respectivos titulares, podendo o termo de colaboração ou de fomento prever a licença de uso para a Administração Pública Municipal, nos limites da licença obtida pela organização da sociedade civil celebrante, quando for o caso, respeitados os termos da Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, devendo ser publicizado o devido crédito ao autor.

Art. 36. O termo de colaboração ou termo de fomento estabelecerá sua vigência, que deverá corresponder ao tempo necessário para a execução integral do respectivo objeto, limitada ao prazo máximo de 5 (cinco) anos, prorrogáveis até o limite de 10 (dez) anos nos casos de parceria cujo objeto tenha natureza continuada e desde que tecnicamente justificado.

Parágrafo único. O limite previsto neste artigo não se aplica aos acordos de cooperação.

Seção VI

Das Vedações

Art. 37. Fica vedada a celebração de qualquer modalidade de parceria prevista neste decreto com organização da sociedade civil que se enquadre no

previsto no artigo 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, bem como com:

I - organização da sociedade civil que tiver, dentre seus dirigentes, servidor ou empregado da Administração Pública Municipal direta ou indireta, bem como ocupantes de cargo em comissão;

II - organização da sociedade civil que estiver inadimplente junto ao Município de Avaí, exceto nos casos em que não houver transferência de recursos financeiros.

Parágrafo único. Para os fins do artigo 39, inciso III, da Lei Federal nº 13.019, de 2014, considera-se dirigente de órgão ou ente da Administração Pública o titular da unidade orçamentária, os ocupantes de cargos em comissão, o dirigente de ente da Administração Indireta e aqueles que detêm competência delegada para a celebração de parcerias.

CAPÍTULO V

DA EXECUÇÃO DAS PARCERIAS

Seção I

Da Movimentação e Aplicação Financeira dos Recursos

Art. 38. Os recursos serão recebidos e movimentados de acordo com o contido na Lei Federal nº 13.019, de 2014, e normas complementares expedidas pela Prefeitura Municipal de Avaí.

§ 1º Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

§ 2º Excepcionalmente, poderão ser feitos pagamentos em espécie, desde que comprovada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência bancária.

Art. 39. Fica permitida a aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e a contratação de serviços para adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação de referidos equipamentos e materiais.

Art. 40. Poderá ser paga com recursos da parceria a remuneração da equipe dimensionada no plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, observados os requisitos do artigo 46 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 1º Para os fins deste decreto, considera-se equipe de trabalho o pessoal necessário à execução do objeto da parceria, que poderá incluir pessoas pertencentes ao quadro da organização da sociedade civil ou que vierem a ser contratadas, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista.

§ 2º As despesas com a remuneração da equipe de trabalho durante a vigência da parceria poderá contemplar as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo-terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, desde que tais valores:

I - estejam previstos no plano de trabalho e sejam proporcionais ao tempo efetivamente dedicado à parceria;

II - sejam compatíveis com o valor de mercado e observem os acordos e as convenções coletivas de trabalho e, em seu valor bruto e individual, o teto da remuneração do Poder Executivo Municipal.

§ 3º Nos casos em que a remuneração for paga proporcionalmente com recursos da parceria, a organização da sociedade civil deverá informar a memória de cálculo do rateio da despesa para fins de prestação de contas, nos termos do § 2º do artigo 54 deste decreto, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

§ 4º Nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exigir, poderão ser pagas diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação para a equipe de trabalho e para os prestadores de serviço voluntário, nos termos da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

§ 5º O pagamento das verbas rescisórias de que trata o § 2º deste artigo, ainda que após o término da execução da parceria, será proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no plano de trabalho.

§ 6º A organização da sociedade civil deverá dar ampla transparência, inclusive em sítio na internet, aos valores

pagos, de maneira individualizada, a título de remuneração de sua equipe de trabalho vinculada à execução do objeto e com recursos da parceria, juntamente com a divulgação dos cargos e valores, na forma do artigo 7º deste decreto.

§ 7º Nas parcerias para serviços continuados que prevejam fundo provisionado para pagamento de verbas rescisórias, férias e décimo-terceiro salário, havendo celebração de nova parceria com a mesma entidade, o saldo do fundo provisionado será transferido para a nova parceria, vinculado à mesma finalidade.

§ 8º Para pagamento das verbas rescisórias de empregados mantidos na organização da sociedade civil após o encerramento da vigência da parceria, a entidade deverá efetuar a transferência dos valores para a sua conta institucional, apresentando planilha de cálculo na prestação de contas final que indique a relação dos valores proporcionais ao tempo trabalhado e beneficiários futuros, ficando a entidade integralmente responsável pelas obrigações trabalhistas e pelo pagamento posterior ao empregado.

§ 9º O fundo provisionado poderá ser usado para pagamento de verbas rescisórias indicadas no § 7º deste artigo, salvo em caso de repasses em data posterior por conta da abertura do exercício orçamentário não abarcados nas hipóteses de retenção previstas no artigo 48 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, situação em que poderão ser utilizados para pagamento de despesas inadiáveis que propiciem a manutenção do serviço público ofertado, devendo ser restituídos ao fundo tão logo ocorra a normalização dos repasses.

Art. 41. Os custos indiretos necessários à execução do objeto deverão ser previstos no plano de trabalho.

§ 1º Quando for o caso de rateio, a memória de cálculo dos custos indiretos deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento quantitativo da divisão que compõe o custo global, especificando a fonte de custeio de cada fração, com a identificação do número e o órgão da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

§ 2º Os custos indiretos poderão incluir, dentre outros, despesas de internet, transporte, aluguel e telefone, bem como remunerações de serviços contábeis, de assessoria jurídica e serviços administrativos.

§ 3º Nas hipóteses em que as despesas citadas no § 2º deste artigo caracterizem-se como despesas diretamente atribuídas ao objeto da parceria, tais despesas serão consideradas custos diretos.

§ 4º Incluem-se notadamente na hipótese do § 3º deste artigo os custos de locação do imóvel onde funcionarão serviços públicos de natureza contínua viabilizados por parcerias, como os de educação, saúde e assistência social.

Art. 42. O atraso na disponibilidade dos recursos da parceria autoriza a compensação das despesas realizadas, devidamente comprovadas pela organização social, para o cumprimento das obrigações assumidas no plano de trabalho, com os valores dos recursos públicos repassados assim que disponibilizados.

Art. 43. Durante a vigência do termo de colaboração ou do termo de fomento, será permitido o remanejamento de recursos constantes do plano de trabalho, de acordo com os critérios e prazos a serem definidos por cada órgão ou ente municipal, desde que não altere o valor total da parceria.

Parágrafo único. A organização da sociedade civil poderá solicitar a inclusão de novos itens orçamentários desde que não altere o orçamento total aprovado.

Art. 44. As contratações de bens e serviços realizadas pelas organizações da sociedade civil com o uso de recursos transferidos pela Administração Pública Municipal observarão os parâmetros usualmente adotados pelas organizações privadas, assim como os valores condizentes com o mercado local.

Art. 45. Para a contratação de equipe dimensionada no plano de trabalho, a organização da sociedade civil poderá adotar procedimento de seleção com métodos usualmente utilizados pelo setor privado.

Parágrafo único. Fica vedada à Administração Pública Municipal a prática de atos de ingerência direta na seleção e na contratação de pessoal pela organização da sociedade civil ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE AVAÍ
Conforme Lei Municipal nº 2.198, de 08 de maio de 2017
www.avai.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai

organização.

Art. 46. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica em instituição financeira pública nos moldes previstos no artigo 51 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

Parágrafo único. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Seção II

Do Monitoramento e Avaliação

Art. 47. Compete à Prefeitura Municipal de Avaí realizar procedimentos de fiscalização das parcerias celebradas para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto, na forma deste decreto e do plano de trabalho aprovado, sem prejuízo das normas específicas afetas às políticas públicas setoriais e aos correspondentes instrumentos de controle social.

§ 1º Os procedimentos de fiscalização serão regulamentados por ato específico da Prefeitura Municipal de Avaí.

§ 2º Para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto, deverá ser efetuada visita “in loco”, dispensada esta em caso de incompatibilidade com o objeto da parceria.

§ 3º O monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto deverá considerar os mecanismos de escuta ao público-alvo acerca dos serviços efetivamente oferecidos no âmbito da parceria, aferindo-se o padrão de qualidade definido em consonância com a política pública setorial.

Art. 48. A comissão de monitoramento e avaliação é instância administrativa de apoio e acompanhamento da execução das parcerias celebradas com a Administração Pública Municipal, cujas atribuições serão voltadas para o aprimoramento dos procedimentos, unificação dos entendimentos, solução de controvérsias, padronização de objetos, custos e indicadores, fomento do controle de resultados e avaliação dos relatórios técnicos de monitoramento.

§ 1º A comissão deverá ser composta por, pelo menos, 1 (um) servidor ocupante de cargo de provimento efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal do órgão ou ente público, devendo ser priorizada a participação de profissionais das áreas administrativas e finalísticas relacionadas ao objeto da parceria.

§ 2º Aplicam-se à comissão de monitoramento e avaliação os mesmos impedimentos constantes do artigo 24, § 3º, deste decreto.

Art. 49. A Administração Pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.

§ 1º O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter os requisitos previstos no § 1º do artigo 59 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 2º No caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados conforme legislação específica de cada fundo, inclusive no que toca às atribuições dos respectivos conselhos gestores, observando-se os parâmetros contidos neste decreto, no que couber.

§ 3º Da decisão da comissão de monitoramento e avaliação caberá a interposição de um único recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da intimação da decisão.

§ 4º A comissão de monitoramento e avaliação poderá reformar a sua decisão ou encaminhar o recurso, devidamente informado, à autoridade competente para decidir.

Art. 50. O gestor da parceria, dotado de conhecimento técnico adequado, será designado pela autoridade competente no mesmo ato que autorizar a celebração de ajuste, ou mediante portaria, para as atividades de acompanhamento e fiscalização da parceria, observadas as incumbências previstas no artigo 61 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, sem prejuízo de outras a que for incumbido pelas suas competências funcionais ou por designação da autoridade municipal.

§ 1º Na hipótese de o gestor da parceria deixar de

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE AVAÍ
Conforme Lei Municipal nº 2.198, de 08 de maio de 2017
www.avai.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai

ser agente público ou for lotado em outro órgão ou ente, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades.

§ 2º Aplicam-se ao gestor da parceria os mesmos impedimentos constantes do artigo 24, § 3º, deste decreto.

CAPÍTULO VI

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Seção I

Das Normas Gerais

Art. 51. A prestação de contas deverá ser feita observando-se as regras previstas neste decreto, além das regras suplementares editadas pelo órgão ou ente da Administração Pública que, entre outros aspectos, levarão em consideração as peculiaridades das parcerias de cada órgão ou ente.

§ 1º A Prefeitura Municipal de Avaí fornecerá manuais específicos às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, tendo como premissas a simplificação e a racionalização dos procedimentos.

§ 2º Eventuais alterações no conteúdo dos manuais referidos no § 1º deste artigo devem ser previamente informadas à organização da sociedade civil e publicadas no sítio oficial na internet do órgão ou ente da Administração Pública Municipal.

Art. 52. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a adequada descrição das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

§ 1º Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes, bem como a conciliação das despesas com a movimentação bancária demonstrada no extrato.

§ 2º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 3º A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

Art. 53. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a entidade deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

Art. 54. As organizações da sociedade civil deverão apresentar os seguintes documentos para fins de prestações de contas parciais e final:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado;

II - na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho, relatório de execução financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas, assim como notas e comprovantes fiscais, incluindo recibos, emitidos em nome da organização da sociedade civil;

III - extrato bancário da conta específica vinculada à execução da parceria, se necessário acompanhado de relatório sintético de conciliação bancária com indicação de despesas e receitas;

IV - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver, no caso de prestação de contas final;

V - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes, quando couber;

VI - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;

VII - lista de presença de treinados ou capacitados, quando for o caso;

VIII - a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso.

§ 1º No caso de ações realizadas em rede a emissão de documento fiscal poderá se dar em nome da entidade

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE AVAÍ
Conforme Lei Municipal nº 2.198, de 08 de maio de 2017
www.avai.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai

celebrante ou em nome da organização da sociedade civil executante da parceria.

§ 2º A memória de cálculo referida no inciso VIII do "caput" deste artigo, a ser apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

§ 3º Em caso de descumprimento parcial de metas ou resultados fixados no plano de trabalho, poderá ser apresentado relatório de execução financeira parcial concernente a referidas metas ou resultados, observadas as demais disposições deste artigo, desde que existam condições de segregar referidos itens de despesa.

Art. 55. Regras suplementares expedidas por cada órgão ou ente da Administração Pública definirão os seus setores ou servidores aos quais caberão as seguintes atribuições, assim como os respectivos prazos:

I - análise de cada prestação de contas apresentada, para fins de avaliação do cumprimento das metas do objeto vinculado às parcelas liberadas, no prazo definido no plano de trabalho aprovado;

II - emissão do relatório técnico de monitoramento e avaliação, no mínimo a cada 12 (doze) meses, conforme dispuser o instrumento de parceria, nos termos do artigo 49 deste decreto.

§ 1º Deverão ser encaminhados para ciência do gestor da parceria:

I - os resultados de cada análise a que se refere o inciso I do "caput" deste artigo, de cada prestação de contas;

II - os relatórios técnicos a que se refere o inciso II do "caput" deste artigo, independentemente de sua homologação pela comissão de monitoramento e avaliação.

§ 2º O previsto no § 1º deste artigo não será aplicável nas hipóteses em que o próprio gestor da parceria tiver sido o responsável pela análise das prestações de contas ou pela emissão do relatório técnico de monitoramento e avaliação.

§ 3º Cabe ao gestor da parceria emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo das análises previstas no inciso I e dos relatórios previstos no inciso II, ambos do "caput" deste artigo.

§ 4º No caso de parcela única, será emitido parecer técnico conclusivo pelo gestor da parceria para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

§ 5º A análise da prestação de contas de que trata o inciso I do "caput" deste artigo não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes, ressalvadas as hipóteses previstas nos inciso I a III do artigo 48 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 6º Nos termos do artigo 67, § 4º, da Lei Federal nº 13.019, de 2014, para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, o parecer técnico conclusivo de que trata o § 3º deste artigo deverá, obrigatoriamente, mencionar:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo, considerado o processo de escuta ao cidadão usuário acerca do padrão de qualidade do atendimento objeto da parceria, nos moldes do plano de trabalho;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado, se for o caso.

§ 7º Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será a organização da sociedade civil notificada para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

§ 8º Transcorrido o prazo previsto no § 7º deste artigo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE AVAÍ
Conforme Lei Municipal nº 2.198, de 08 de maio de 2017
www.avai.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai

Art. 56. A análise da prestação de contas final constituir-se-á das seguintes etapas:

I - análise de execução do objeto: quanto ao cumprimento do objeto e atingimento dos resultados pactuados no plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, devendo o eventual cumprimento parcial ser devidamente justificado;

II - análise financeira: verificação da conformidade entre o total de recursos repassados, inclusive rendimentos financeiros, e os valores máximos das categorias ou metas orçamentárias, executados pela organização da sociedade civil, de acordo com o plano de trabalho aprovado e seus eventuais aditamentos, bem como conciliação das despesas com extrato bancário, de apresentação obrigatória.

§ 1º A análise prevista no "caput" deste artigo levará em conta os documentos exigidos no artigo 54 e os pareceres e relatórios de que tratam o artigo 55, ambos deste decreto.

§ 2º Para fins do disposto no inciso II do "caput" deste artigo, nos casos em que houver comprovado atendimento dos valores aprovados no plano de trabalho, bem como efetiva conciliação das despesas efetuadas com a movimentação bancária demonstrada no extrato, a prestação de contas será considerada aprovada, sem a necessidade de verificação, pelo gestor público, dos recibos, documentos contábeis e relativos a pagamentos e outros relacionados às compras e contratações.

§ 3º Havendo indícios de irregularidade durante a análise da execução do objeto da parceria, o gestor público poderá, mediante justificativa, rever o ato de aprovação e proceder à análise integral dos documentos fiscais da prestação de contas.

§ 4º Para fins de cumprimento do artigo 67 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, o gestor público deverá atestar a regularidade financeira e de execução do objeto da prestação de contas.

§ 5º Cada órgão ou ente da Administração Pública adotará sistemática de controle por amostragem, de modo aleatório, para avaliação financeira complementar.

Art. 57. Os recursos da parceria geridos pelas organizações da sociedade civil não caracterizam receita própria, mantendo a natureza de verbas públicas.

Parágrafo único. Não é cabível a exigência de emissão de nota fiscal de prestação de serviços tendo a Municipalidade como tomadora nas parcerias celebradas com organizações da sociedade civil.

Seção II

Dos Prazos

Art. 58. A prestação de contas será apresentada pela organização da sociedade civil:

I - para parcerias com prazo de vigência igual ou inferior a 1 (um) ano: no mínimo uma vez e, em caráter final, em até 90 (noventa) dias contados do término da vigência;

II - para parcerias com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, periodicamente, no mínimo uma vez a cada 12 (doze) meses e, em caráter final, ao término de sua vigência, nos termos dos artigos 67, § 2º, e 69 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 1º Os prazos para prestação de contas poderão ser prorrogados por até 30 (trinta) dias, a critério do titular do órgão ou ente da Administração parceiro ou daquele a quem tiver sido delegada a competência, desde que devidamente justificado.

§ 2º Na hipótese de devolução de recursos, a guia de recolhimento deverá ser apresentada juntamente com a prestação de contas.

§ 3º Após a prestação de contas final, sendo apuradas pela Administração irregularidades financeiras, o valor respectivo deverá ser restituído ao Tesouro Municipal ou ao Fundo Municipal competente, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.

Art. 59. A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas final, pela Administração Pública, observará os prazos previstos na Lei Federal nº 13.019, de 2014, devendo dispor sobre:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas, mesmo que cumpridos o objeto e as metas da parceria, quando estiver evidenciada impropriedade ou qualquer

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE AVAÍ
Conforme Lei Municipal nº 2.198, de 08 de maio de 2017
www.avai.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai

outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário; ou

III - rejeição da prestação de contas, com a imediata determinação das providências administrativas e judiciais cabíveis para devolução dos valores aos cofres públicos.

§ 1º São consideradas falhas formais, para fins de aprovação da prestação de contas com ressalvas, sem prejuízo de outras:

I - nos casos em que o plano de trabalho preveja que as despesas deverão ocorrer conforme os valores definidos para cada elemento de despesa, a extrapolação, sem prévia autorização, dos valores aprovados para cada despesa, respeitado o valor global da parceria;

II - a inadequação ou a imperfeição a respeito de exigência, forma ou procedimento a ser adotado desde que o objetivo ou resultado final pretendido pela execução da parceria seja alcançado.

§ 2º Sempre que cumprido o objeto e alcançados os resultados da parceria e, desde que não haja comprovado dano ao erário ou desvio de recursos para finalidade diversa da execução das metas aprovadas, a prestação de contas deverá ser julgada regular com ressalvas pela Administração Pública, ainda que a organização da sociedade civil tenha incorrido em falha formal.

§ 3º As contas serão rejeitadas, sendo avaliadas irregulares, nos casos previstos no artigo 72, III da Lei Federal nº 13.019, de 2014, bem como:

I - quando não for executado o objeto da parceria;

II - quando os recursos forem aplicados em finalidades diversas das previstas na parceria.

§ 4º No caso do § 3º, da decisão que rejeitar as contas prestadas caberá um único recurso à autoridade competente, a ser interposto no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da decisão.

§ 5º Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração ou de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

§ 6º A rejeição da prestação de contas, quando definitiva, deverá ser registrada em plataforma eletrônica de acesso público, cabendo à autoridade administrativa, sob pena de responsabilidade solidária, adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

§ 7º O dano ao erário será previamente delimitado para embasar a rejeição das contas prestadas.

§ 8º Os eventuais valores apurados nos termos do § 6º deste artigo serão acrescidos de correção monetária e juros, na forma da legislação, e inscritos em dívida ativa.

CAPÍTULO VII

DA ALTERAÇÃO, DENÚNCIA E RESCISÃO

Art. 60. A critério da Administração, admite-se a alteração da parceria, devendo a proposta ser acompanhada de revisão do plano de trabalho, desde que não seja transfigurado o objeto da parceria.

§ 1º Poderá haver redução ou majoração dos valores inicialmente pactuados para redução ou ampliação de metas ou capacidade do serviço, ou para qualificação do objeto da parceria, desde que devidamente justificados.

§ 2º Faculta-se aos órgãos e entes municipais o repasse de eventual verba adicional, não prevista no valor total da parceria, para a melhor execução de seu objeto e aperfeiçoamento dos serviços, nos moldes definidos pelo parceiro público em norma específica, desde que observada a disponibilidade financeiro-orçamentária.

Art. 61. Para aprovação da alteração, os setores técnicos competentes devem se manifestar acerca:

I - do interesse público na alteração proposta;

II - da proporcionalidade das contrapartidas, tendo em vista o inicialmente pactuado, se o caso;

III - da capacidade técnica-operacional da organização da sociedade civil para cumprir a proposta;

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE AVAÍ
Conforme Lei Municipal nº 2.198, de 08 de maio de 2017
www.avai.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai

IV- da existência de dotação orçamentária para execução da proposta.

Parágrafo único. Após a manifestação dos setores técnicos a proposta de alteração poderá ser encaminhada para análise jurídica, observado o fluxo processual de cada órgão ou ente, previamente à deliberação da autoridade competente.

Art. 62. Para a prorrogação de vigência das parcerias celebradas de acordo com as normas da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e deste decreto, é necessário parecer da área técnica competente atestando que a parceria foi executada a contento ou justificando o atraso no início da execução.

Art. 63. Os termos de colaboração, termos de fomento e acordos de cooperação poderão ser denunciados a qualquer tempo, respeitadas as condições, sanções e delimitações de responsabilidades previstas no instrumento de parceria, não sendo admissível cláusula obrigatória de permanência dos denunciantes.

§ 1º Constitui motivo para rescisão da parceria o inadimplemento injustificado das cláusulas pactuadas, e também quando constatada:

I - a utilização dos recursos em desacordo com o plano de trabalho;

II - a falta de apresentação das prestações de contas.

§ 2º Em caso de denúncia unilateral não enquadrada nas hipóteses do parágrafo anterior, deverá a parte comunicar à outra com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CAPÍTULO VIII

DA RESPONSABILIDADE E DAS SANÇÕES

ADMINISTRATIVAS À ENTIDADE

Art. 64. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas deste decreto e da legislação específica, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as sanções previstas no artigo 73 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 1º Na aplicação de penalidades, serão observados os seguintes procedimentos:

I - proposta de aplicação da pena, feita pelo gestor da parceria, mediante caracterização da infração imputada à organização da sociedade civil, e exposição dos motivos condutores a tal proposta;

II - notificação à organização da sociedade civil para apresentação de defesa no prazo de cinco dias úteis, exceto quando se tratar de penalidade de suspensão do direito de participação em chamamento público e de declaração de inidoneidade, caso em que o prazo para defesa será de dez dias úteis;

III - manifestação dos órgãos técnicos sobre a defesa apresentada, em qualquer caso, e da área jurídica, quando se tratar de possibilidade de aplicação das sanções previstas nos incisos II e III do artigo 73 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;

IV - decisão da autoridade competente que, no caso de advertência, é o gestor da parceria, e no caso de suspensão do direito de participação em chamamento público e declaração de inidoneidade é o Secretário da Pasta, Subprefeito ou autoridade máxima do ente da Administração Indireta;

V - intimação da organização da sociedade civil acerca da penalidade aplicada;

VI - observância do prazo de dez dias úteis para interposição de recurso.

§ 2º As notificações e intimações de que trata este artigo serão encaminhadas à organização da sociedade civil preferencialmente via correspondência eletrônica, sem prejuízo de outras formas de comunicação, assegurando-se a ciência do interessado para fins de exercício do direito de contraditório e ampla defesa.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 65. As parcerias existentes no momento da entrada em vigor da Lei Federal nº 13.019, de 2014, no âmbito municipal, em 1º de janeiro de 2017, permanecerão regidas pela legislação vigente ao tempo de sua celebração.

§ 1º Os chamamentos públicos que tiverem apresentadas as propostas até 1º de janeiro de 2017 poderão ser concluídos sob a égide da legislação vigente no momento em que foram iniciados, devendo a parceria

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE AVAÍ

Conforme Lei Municipal nº 2.198, de 08 de maio de 2017

www.avai.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai

ser adaptada às exigências deste decreto no prazo de 12 (doze) meses da celebração da parceria.

§ 2º As parcerias existentes antes de 1º de janeiro de 2017 que, conforme a legislação vigente ao tempo de sua celebração sejam prorrogáveis, poderão ter sua vigência prorrogada após 1º de janeiro de 2017, devendo ser adaptadas às exigências deste decreto no prazo de 12 (doze) meses a contar dessa data.

§ 3º As disposições do caput e parágrafo único do artigo 57 aplicam-se às parcerias firmadas anteriormente a este decreto.

Art. 66. Os valores mencionados neste decreto que não decorram de disposição legal podem ser atualizados por Portaria do Prefeito Municipal.

Art. 67. Os órgãos e entes da Administração direta e indireta ficam incumbidos de realizar avaliação geral do sistema de parcerias, ouvidas as instâncias de participação da sociedade civil, para a definição de eventuais medidas de aprimoramento do sistema de parceria com as organizações da sociedade civil.

Art. 68. A aplicação da Lei Federal nº 13.019, de 2014, no âmbito da administração direta e indireta municipal dar-se-á a partir de 1º de janeiro de 2019.

Art. 69. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 70. Revogam-se as disposições em contrário.

Avaí/SP, 03 de julho de 2019

ANDRE LUIS DA SILVEIRA ANTONIO

PREFEITO MUNICIPAL DE AVAÍ

Registrado e Publicado no mural, na forma da Lei.

FABRÍCIO FARIAS BERBEL

CHEFE DE GABINETE

DECRETO N° 1.360/2019

"Que autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a cancelar na Contadoria da Prefeitura Municipal de Avaí, empenhos inscritos em restos a pagar"

ANDRÉ LUIS DA SILVEIRA ANTONIO, Prefeito Municipal de Avaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1° - Ficam cancelados na Contadoria da Prefeitura Municipal de Avaí, os empenhos inscritos em restos a pagar, em razão do parcelamento do FGTS dos servidores municipais, junto à Caixa Econômica Federal, conforme relação abaixo:

29/02/2016	977	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.760,57
29/02/2016	980	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	26.026,42
29/02/2016	1000	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	749,95
29/02/2016	1004	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.774,46
29/02/2016	1009	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5.088,26
29/02/2016	1013	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.112,93
29/02/2016	1023	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	11.245,92
29/02/2016	1028	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	755,03
29/02/2016	1046	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.545,92
29/02/2016	1055	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	956,97
31/03/2016	1658	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.376,90
31/03/2016	1662	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	22.443,01
31/03/2016	1677	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	583,03
31/03/2016	1681	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.647,69
31/03/2016	1685	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5.013,78
31/03/2016	1689	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.150,83
31/03/2016	1697	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	8.230,49
31/03/2016	1703	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	859,16
31/03/2016	1718	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.488,24
31/03/2016	1723	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.648,29
31/03/2016	1731	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	835,58
29/04/2016	2341	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.515,73
29/04/2016	2344	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	24.811,65
29/04/2016	2362	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	612,09
29/04/2016	2367	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.756,06
29/04/2016	2371	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5.500,98
29/04/2016	2376	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.431,10

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE AVAÍ

Conforme Lei Municipal nº 2.198, de 08 de maio de 2017

www.avai.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai

29/04/2016	2384	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	8.414,32	31/08/2016	4922	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	3.440,06
29/04/2016	2391	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	830,24	31/08/2016	4928	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5.260,84
29/04/2016	2409	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.653,15	31/08/2016	4933	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.279,86
29/04/2016	2411	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.637,78	31/08/2016	4942	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	7.827,01
29/04/2016	2419	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	991,06	31/08/2016	4949	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	822,27
31/05/2016	3014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.422,71	31/08/2016	4973	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.567,10
31/05/2016	3017	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	25.889,34	31/08/2016	4978	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.807,58
31/05/2016	3038	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	637,13	31/08/2016	4987	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	953,48
31/05/2016	3042	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.894,54	30/09/2016	5659	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.474,45
31/05/2016	3047	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5.146,36	30/09/2016	5662	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	23.602,28
31/05/2016	3052	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.188,08	30/09/2016	5677	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	640,84
31/05/2016	3062	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	9.268,92	30/09/2016	5681	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	3.514,43
31/05/2016	3067	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	782,69	30/09/2016	5685	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5.174,64
31/05/2016	3088	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.566,95	30/09/2016	5690	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.207,00
31/05/2016	3091	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.679,81	30/09/2016	5698	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	8.183,94
31/05/2016	3099	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	936,39	30/09/2016	5704	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	700,29
30/06/2016	3561	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.422,71	30/09/2016	5718	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.567,10
30/06/2016	3565	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	25.819,34	30/09/2016	5722	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.855,23
30/06/2016	3581	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	654,78	30/09/2016	5730	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	964,25
30/06/2016	3584	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.819,06	31/10/2016	6401	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.361,35
30/06/2016	3589	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5.151,64	31/10/2016	6404	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	24.815,74
30/06/2016	3593	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.238,68	31/10/2016	6419	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	662,98
30/06/2016	3602	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	9.603,04	31/10/2016	6424	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	3.599,31
30/06/2016	3608	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	864,76	31/10/2016	6430	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5.528,89
30/06/2016	3628	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.840,56	31/10/2016	6435	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.348,19
30/06/2016	3631	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.684,67	31/10/2016	6442	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	8.819,75
30/06/2016	3639	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.051,83	31/10/2016	6447	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	748,94
30/06/2016	3647	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	4.986,74	31/10/2016	6466	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.683,91
30/06/2016	3649	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.771,80	31/10/2016	6470	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.907,64
30/06/2016	3655	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	192,87	31/10/2016	6478	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	981,74
30/06/2016	3659	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	40,52	21/11/2016	6738	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	223,72
30/06/2016	3661	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	654,37	21/11/2016	6739	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	35,00
30/06/2016	3663	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	777,80	21/11/2016	6740	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	81,15
30/06/2016	3665	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	370,66	30/11/2016	6980	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.571,60
30/06/2016	3668	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	173,25	30/11/2016	6999	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	665,44
30/06/2016	3672	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	278,81	30/11/2016	7004	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	3.425,89
30/06/2016	3674	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	667,11	30/11/2016	7010	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5.587,56
30/06/2016	3677	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	117,28	30/11/2016	7013	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.119,72
31/08/2016	4897	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.479,21	30/11/2016	7025	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	702,54
31/08/2016	4900	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	26.340,48	30/11/2016	7041	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.567,10
31/08/2016	4917	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	655,63	30/11/2016	7045	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.871,88

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE AVAÍ

Conforme Lei Municipal nº 2.198, de 08 de maio de 2017

www.avai.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai

30/11/2016	7052	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	964,80	31/03/2017	1782	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	24.413,29
05/12/2016	7125	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	315,23	31/03/2017	1802	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	809,02
05/12/2016	7136	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	256,80	31/03/2017	1805	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.177,14
05/12/2016	7139	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	870,68	31/03/2017	1808	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5.395,20
05/12/2016	7142	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.279,28	31/03/2017	1812	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.439,07
05/12/2016	7145	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	313,44	31/03/2017	1822	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	8.746,71
05/12/2016	7150	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.274,01	31/03/2017	1827	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	833,76
05/12/2016	7153	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	316,95	31/03/2017	1841	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.755,26
05/12/2016	7161	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	546,00	31/03/2017	1845	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.671,05
05/12/2016	7164	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	226,34	31/03/2017	1850	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	402,94
05/12/2016	7169	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	378,93	31/03/2017	1855	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	793,34
30/12/2016	7548	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.470,83	28/04/2017	2482	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	24.255,85
30/12/2016	7559	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	644,66	28/04/2017	2502	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	843,18
30/12/2016	7562	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.567,14	28/04/2017	2507	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.601,01
30/12/2016	7565	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	4.976,97	28/04/2017	2511	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5.809,25
30/12/2016	7568	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.119,72	28/04/2017	2516	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.693,18
30/12/2016	7578	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	702,54	28/04/2017	2524	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	8.040,74
30/12/2016	7586	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.582,87	28/04/2017	2528	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	632,20
30/12/2016	7588	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.653,15	28/04/2017	2545	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.912,50
30/12/2016	7593	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	857,75	28/04/2017	2548	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.612,32
31/01/2017	392	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	24.021,93	28/04/2017	2551	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	359,90
31/01/2017	407	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	748,68	28/04/2017	2557	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	942,94
31/01/2017	410	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.833,82	31/05/2017	3468	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	26.887,40
31/01/2017	413	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5.259,44	31/05/2017	3484	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	870,28
31/01/2017	416	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.201,72	31/05/2017	3488	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.487,29
31/01/2017	424	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	7.558,01	31/05/2017	3492	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5.818,59
31/01/2017	428	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	708,71	31/05/2017	3496	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.435,45
31/01/2017	443	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.759,42	31/05/2017	3506	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	9.162,55
31/01/2017	446	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.683,32	31/05/2017	3511	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	809,89
31/01/2017	453	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	723,86	31/05/2017	3526	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.807,79
27/02/2017	1125	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	25.561,85	31/05/2017	3529	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.632,13
27/02/2017	1140	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	832,06	31/05/2017	3533	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	415,28
27/02/2017	1143	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.492,88	31/05/2017	3537	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	781,46
27/02/2017	1146	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	6.400,81	30/06/2017	4105	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	25.491,14
27/02/2017	1150	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.934,15	30/06/2017	4121	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	932,98
27/02/2017	1159	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	8.733,05	30/06/2017	4124	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.412,54
27/02/2017	1163	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	719,56	30/06/2017	4128	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5.496,01
27/02/2017	1178	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.267,58	30/06/2017	4132	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.703,56
27/02/2017	1182	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.708,19	30/06/2017	4139	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	8.576,89
27/02/2017	1186	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	309,03	30/06/2017	4144	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	743,41
27/02/2017	1192	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	827,66	30/06/2017	4159	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.118,68

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE AVAÍ

Conforme Lei Municipal nº 2.198, de 08 de maio de 2017

www.avai.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai

30/06/2017	4162	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.447,89	31/10/2017	7346	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	11.427,14
30/06/2017	4165	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	360,46	31/10/2017	7350	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	644,20
30/06/2017	4172	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	882,69	31/10/2017	7368	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.813,35
31/07/2017	5041	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	26.694,26	31/10/2017	7372	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.661,86
31/07/2017	5057	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.031,26	31/10/2017	7375	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	430,75
31/07/2017	5061	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.692,49	31/10/2017	7378	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	716,57
31/07/2017	5065	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5.503,92	30/11/2017	8219	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	23.178,04
31/07/2017	5069	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.678,27	30/11/2017	8237	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.279,99
31/07/2017	5076	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	9.278,14	30/11/2017	8241	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	359,98
31/07/2017	5080	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	657,27	30/11/2017	8245	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5.962,67
31/07/2017	5095	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.929,16	30/11/2017	8249	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.513,91
31/07/2017	5099	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.822,85	30/11/2017	8256	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	12.137,70
31/07/2017	5103	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	396,35	30/11/2017	8260	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	644,20
31/07/2017	5107	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	883,55	30/11/2017	8276	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.690,00
31/08/2017	5847	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	24.160,49	30/11/2017	8279	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.521,37
31/08/2017	5863	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.154,69	30/11/2017	8282	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	430,75
31/08/2017	5867	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	518,18	30/11/2017	8284	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	727,69
31/08/2017	5871	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5.528,15	01/12/2017	8367	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	11.384,46
31/08/2017	5875	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.639,87	01/12/2017	8377	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	657,48
31/08/2017	5883	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	11.457,87	01/12/2017	8380	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	218,44
31/08/2017	5887	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	657,27	01/12/2017	8383	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.821,51
31/08/2017	5902	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.690,00	01/12/2017	8386	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.195,78
31/08/2017	5906	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.697,40	01/12/2017	8391	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5.748,74
31/08/2017	5909	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	477,97	01/12/2017	8394	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	319,17
31/08/2017	5912	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	772,04	01/12/2017	8402	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	850,13
29/09/2017	6519	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	22.300,40	01/12/2017	8405	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	741,47
29/09/2017	6533	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.259,63	01/12/2017	8409	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	180,81
29/09/2017	6537	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	476,00	01/12/2017	8411	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	342,57
29/09/2017	6541	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5.607,03	29/12/2017	8951	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	22.897,88
29/09/2017	6545	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.420,52	29/12/2017	8963	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.207,60
29/09/2017	6553	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	11.637,05	29/12/2017	8967	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	471,19
29/09/2017	6557	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	720,90	29/12/2017	8970	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5.291,86
29/09/2017	6571	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.690,00	29/12/2017	8973	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.352,93
29/09/2017	6575	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.682,10	29/12/2017	8980	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	11.008,26
29/09/2017	6578	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	430,75	29/12/2017	8984	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	683,73
29/09/2017	6581	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	758,26	29/12/2017	8997	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.690,00
31/10/2017	7310	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	23.279,53	29/12/2017	9000	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.762,60
31/10/2017	7325	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.259,01	29/12/2017	9003	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	117,51
31/10/2017	7330	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	431,28	29/12/2017	9005	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	790,44
31/10/2017	7334	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5.883,74	31/01/2018	781	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	24.491,18
31/10/2017	7338	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.611,39	31/01/2018	800	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.641,52

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE AVAÍ

Conforme Lei Municipal nº 2.198, de 08 de maio de 2017

www.avai.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai

31/01/2018	804	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	645,43	30/05/2018	4064	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.113,58
31/01/2018	809	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	6.978,92	30/05/2018	4068	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.377,63
31/01/2018	812	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.871,70	30/05/2018	4073	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5.699,57
31/01/2018	820	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	12.146,95	30/05/2018	4078	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.951,09
31/01/2018	824	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	707,29	30/05/2018	4086	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	12.092,74
31/01/2018	840	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.386,57	30/05/2018	4090	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	716,53
31/01/2018	843	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.545,17	30/05/2018	4109	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.897,37
31/01/2018	848	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	893,92	30/05/2018	4112	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.731,85
28/02/2018	1493	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	24.089,94	30/05/2018	4117	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	354,84
28/02/2018	1510	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.225,07	30/05/2018	4122	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	795,09
28/02/2018	1513	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	477,77	29/06/2018	4893	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	30.900,16
28/02/2018	1517	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5.570,21	29/06/2018	4914	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.383,51
28/02/2018	1521	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.338,53	29/06/2018	4918	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	551,63
28/02/2018	1527	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	11.825,76	29/06/2018	4924	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	6.863,34
28/02/2018	1531	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	696,29	29/06/2018	4928	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.768,43
28/02/2018	1547	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.675,00	29/06/2018	4939	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	15.107,51
28/02/2018	1550	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.691,33	29/06/2018	4944	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	977,14
28/02/2018	1555	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	349,13	29/06/2018	4964	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.505,00
28/02/2018	1557	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	684,93	29/06/2018	4968	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.354,63
29/03/2018	2237	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	24.182,88	29/06/2018	4972	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	354,84
29/03/2018	2257	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.052,40	29/06/2018	4976	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	995,61
29/03/2018	2260	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.206,87	29/06/2018	4980	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.093,85
29/03/2018	2264	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5.764,42	31/08/2018	6765	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	22.217,02
29/03/2018	2268	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.852,86	31/08/2018	6779	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.203,22
29/03/2018	2276	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	11.830,88	31/08/2018	6782	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	437,11
29/03/2018	2281	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	895,46	31/08/2018	6786	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	6.069,53
29/03/2018	2297	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.795,31	31/08/2018	6789	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.981,89
29/03/2018	2301	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.661,04	31/08/2018	6796	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	12.269,49
29/03/2018	2306	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	349,13	31/08/2018	6800	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	887,99
29/03/2018	2310	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	685,65	31/08/2018	6809	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.162,93
30/04/2018	3173	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	24.953,92	31/08/2018	6816	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.846,51
30/04/2018	3189	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.002,78	31/08/2018	6819	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.541,23
30/04/2018	3193	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.439,47	31/08/2018	6822	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	318,36
30/04/2018	3199	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	6.448,60	31/08/2018	6825	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	746,41
30/04/2018	3202	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.816,24	31/08/2018	6828	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	861,20
30/04/2018	3209	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	12.095,64	28/09/2018	7565	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	22.089,18
30/04/2018	3213	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	704,88	28/09/2018	7580	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.135,22
30/04/2018	3232	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.833,49	28/09/2018	7584	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	447,17
30/04/2018	3239	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	318,36	28/09/2018	7588	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	6.004,66
30/04/2018	3245	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	892,33	28/09/2018	7591	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.989,39
30/05/2018	4046	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	25.630,09	28/09/2018	7598	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	12.541,51

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE AVAÍ

Conforme Lei Municipal nº 2.198, de 08 de maio de 2017

www.avai.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai

28/09/2018	7602	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	701,89
28/09/2018	7610	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.848,76
28/09/2018	7617	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.813,55
28/09/2018	7621	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.613,02
28/09/2018	7624	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	318,36
28/09/2018	7627	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	727,71
28/09/2018	7630	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	865,34
31/10/2018	8450	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	22.515,90
31/10/2018	8465	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.151,18
31/10/2018	8469	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	361,97
31/10/2018	8473	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5.964,79
31/10/2018	8476	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.999,42
31/10/2018	8483	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	12.742,83
31/10/2018	8487	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	717,07
31/10/2018	8496	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.906,07
31/10/2018	8502	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.797,72
31/10/2018	8505	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.586,18
31/10/2018	8508	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	318,36
31/10/2018	8514	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	865,10
30/11/2018	9302	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	21.429,93
30/11/2018	9316	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.068,10
30/11/2018	9320	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	414,09
30/11/2018	9324	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5.896,90
30/11/2018	9328	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.792,12
30/11/2018	9335	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	12.001,89
30/11/2018	9339	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	693,36
30/11/2018	9348	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.987,87
30/11/2018	9355	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.640,36
30/11/2018	9358	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.583,29
30/11/2018	9361	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	318,36
30/11/2018	9364	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	684,71
30/11/2018	9367	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	829,42
06/12/2018	9630	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	11.069,35
06/12/2018	9639	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	574,83
06/12/2018	9642	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	211,14
06/12/2018	9645	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.988,30
06/12/2018	9648	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.008,69
06/12/2018	9653	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	6.259,33
06/12/2018	9656	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	378,72
06/12/2018	9661	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	946,00
06/12/2018	9666	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	871,48
06/12/2018	9669	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	856,12
06/12/2018	9673	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	147,08
06/12/2018	9675	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	388,50
06/12/2018	9678	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	465,52
28/12/2018	10137	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	22.003,63
28/12/2018	10150	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.064,65
28/12/2018	10154	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	408,83
28/12/2018	10158	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5.536,50
28/12/2018	10163	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.778,81
28/12/2018	10171	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	11.915,21
28/12/2018	10175	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	694,30
28/12/2018	10184	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.821,35
28/12/2018	10190	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.638,52
28/12/2018	10193	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.659,80
28/12/2018	10198	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	671,53
28/12/2018	10201	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	835,91
TOTAL GERAL	R$ 1.704.363,59		

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Avaí, 16 de julho de 2019

ANDRÉ LUIS DA SILVEIRA ANTONIO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na forma da Lei.

FABRICIO FARIAS BERBEL

Chefe de Gabinete

Conselhos Municipais

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 01/2019

"INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE AVAÍ/SP."

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Avaí (CMDCA), no uso de suas atribuições, conforme preconiza a Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, as Resoluções nºs 152/2012

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE AVAÍ

Conforme Lei Municipal nº 2.198, de 08 de maio de 2017

www.avai.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai

e 170/2014, ambas expedidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e as Leis Municipais de nº 1.335/2000, 1.356/2000, 1.564/2003, 1.709/2007 e 1.959/2013, RESOLVE:

Art.1º Instituir Comissão Especial Eleitoral com o objetivo de conduzir o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, composta por quatro fases eliminatórias: inscrição, prova de aferição de conhecimento (prova escrita), avaliação psicossocial e eleição dos candidatos aprovados.

Art. 2º Integra a Comissão Especial Eleitoral os seguintes conselheiros:

a) Representantes do Poder Público:

Hellen Fernandes Rodrigues Coelho

Silvia Regina Gachilez

b) Representantes da Sociedade Civil:

Fabiana Ramos de Carvalho Piccini

João Aparecido de Souza

Art.3º As competências da Comissão Especial Eleitoral são as descritas no artigo 11 da Resolução 170/2014 do CONANDA.

Art.4º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Avaí/SP, 06 de abril de 2019.

Valdeci da Silveira Costa

Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº. 03/2019.

RETIFICAÇÃO Nº 001 do Edital do processo de escolha do Conselho Tutelar do Município da Avaí/SP, publicado pela Resolução 02/2019.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Avaí - CMDCA, no uso de suas atribuições, conforme preconiza a Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, as Resoluções nºs 152/2012 e 170/2014, ambas expedidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e as Leis Municipais de nº 1.335/2000, 1.356/2000, 1.564/2003, 1.709/2007 e 1.959/2013, RETIFICA o teor do Edital da Resolução Nº 02/2019, conforme segue:

CONSIDERANDO a Lei nº 13.824, de 9 de maio de 2019, que altera o art. 132 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a recondução dos conselheiros tutelares,

CONSIDERANDO que o art. 132 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 132. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.” (NR),

CONSIDERANDO que os mesmos deverão cumprir as mesmas regras prevista no edital/resolução nº 002/2019 do Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar de Avaí/SP,

RETIFICA o teor do Edital da Resolução Nº 02/2019, conforme segue:

I - ONDE SE LIA:

“1.2 O processo destina-se à escolha de 05 (cinco) membros titulares e seus respectivos suplentes, para composição do Conselho Tutelar do município de Avaí, para o mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.”

LEIA-SE:

“1.2 O processo destina-se à escolha de 05 (cinco) membros titulares e seus respectivos suplentes, para composição do Conselho Tutelar do município de Avaí, para o mandato de 04 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.

II - EXCLUI o item 4.8. ONDE SE LIA:

“4.8. O conselheiro tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar deste processo de escolha, conforme §2º do artigo 6º, da Resolução 170/2014, do CONANDA.”

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE AVAÍ

Conforme Lei Municipal nº 2.198, de 08 de maio de 2017

www.avai.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai

III – Ficam mantidas e ratificadas as demais disposições do Edital da Resolução Nº 02/2019, e está à disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal: www.avai.sp.gov.br.

IV – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se

Encaminhe-se cópias ao Ministério Público, Poder Judiciário e Câmara Municipal locais

Avaí, 14 de maio de 2019.

Valdeci da Silveira Costa

Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº. 04/2019.

DISPÕE SOBRE A RELAÇÃO DE INSCRITOS NO PROCESSO DE ESCOLHA DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE AVAÍ/SP.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Avaí - CMDCA, no uso de suas atribuições, conforme preconiza a Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, as Resoluções nºs 152/2012 e 170/2014, ambas expedidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e as Leis Municipais de nº 1.335/2000, 1.356/2000, 1.564/2003, 1.709/2007 e 1.959/2013, TORNA PÚBLICO a relação de inscritos, deferidos ou indeferidos após análise documental, que estão aptos ou não aptos para participar da Prova de Aferição de Conhecimento Específicos (Prova Escrita):

I – Relação de Candidatos Inscritos:

Nº. INSCRIÇÃO	CANDIDATOS DEFERIDOS (APTOS)	RG
01	CAROLINE APARECIDA GONTIJO DE SOUZA	40.127.136-5
02	JULIANA DA SILVA	27.632.245-9
03	MARCELO DALLA RU	14.807.836-9
04	CHARLLES CLEYTON OLIVEIRA SIMONE	35.363.526-1
05	KUTIARA SEBASTIÃO KINOCITA	46.841.382-0
06	RAFAELA DA SILVA GUILHERME	47.598.677-5
07	CAIQUE RODRIGO LEMES SALLES	48.537.934-X
08	LETÍCIA SANTOS DUQUE	34.857.095-8
10	CLEYSON GONTIJO MARIANO DE SOUZA	52.398.785-7
11	JOSÉ AURÉLIO DA SILVA DOS REIS	48.537.906-5
12	ELEN DAIANE ROMEU	47.598.841-3
13	DIEGO PIO	44.498.387-9
14	SIRLENE CORREA FERNANDES TROMBINI	43.909.270-X
15	RENATA CRISTINA ALVES ORTIZ	26.739.411-1
16	LORENA BARBOSA DE OLIVEIRA SILVA	44.256.416-8

Nº. INSCRIÇÃO	CANDIDATOS INDEFERIDOS (NÃO APTOS)	RG
09	LÍVIA SANTOS DUQUE	56.417.401-4

II – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se

Encaminhe-se cópias ao Ministério Público, Poder Judiciário e Câmara Municipal locais

Avaí, 22 de maio de 2019.

Valdeci da Silveira Costa

Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº. 06/2019.

DISPÕE SOBRE A RELAÇÃO DE INSCRITOS, DEFERIDOS (APTOS) E INFERERIDOS (NÃO APTOS), APÓS PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INSCRIÇÕES, NO PROCESSO DE ESCOLHA DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE AVAÍ/SP.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Avaí - CMDCA, no uso de suas atribuições, conforme preconiza a Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, as Resoluções nºs 152/2012 e 170/2014, ambas expedidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e as Leis Municipais de nº 1.335/2000, 1.356/2000, 1.564/2003, 1.709/2007 e 1.959/2013,

I – Relação de Candidatos Inscritos:

Nº. INSCRIÇÃO	CANDIDATOS DEFERIDOS (APTOS)	RG
01	CAROLINE APARECIDA GONTIJO DE SOUZA	40.127.136-5
02	JULIANA DA SILVA	27.632.245-9
03	MARCELO DALLA RU	14.807.836-9
04	CHARLLES CLEYTON OLIVEIRA SIMONE	35.363.526-1

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE AVAÍ

Conforme Lei Municipal nº 2.198, de 08 de maio de 2017

www.avai.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai

05	KUTIARA SEBASTIÃO KINOCITA	46.841.382-0
06	RAFAELA DA SILVA GUILHERME	47.598.677-5
07	CAIQUE RODRIGO LEMES SALLES	48.537.934-X
08	LETÍCIA SANTOS DUQUE	34.857.095-8
10	CLEYSON GONTIJO MARIANO DE SOUZA	52.398.785-7
11	JOSÉ AURÉLIO DA SILVA DOS REIS	48.537.906-5
12	ELEN DAIANE ROMEU	47.598.841-3
13	DIEGO PIO	44.498.387-9
14	SIRLENE CORREA FERNANDES TROMBINI	43.909.270-X
15	RENATA CRISTINA ALVES ORTIZ	26.739.411-1
16	LORENA BARBOSA DE OLIVEIRA SILVA	44.256.416-8
17	THAMIRIS REGINA DAL BOM	44.498.327-2
18	VALIANE RODRIGUES DE OLIVEIRA GOMES	41.185.219-X
20	LARISSA COSTA BENTO	30.318.501-6

Nº. INSCRIÇÃO	CANDIDATOS INDEFERIDOS (NÃO APTOS)	RG
09	LÍVIA SANTOS DUQUE	56.417.401-4
19	ALEXANDRA MUNIZ COSTA	23.982.788-0

II – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se

Encaminhe-se cópias ao Ministério Público, Poder Judiciário e Câmara Municipal locais

Avaí, 04 de julho de 2019.

Valdeci da Silveira Costa

Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº. 07/2019.

DISPÕE SOBRE A DATA, HORÁRIO E LOCAL DA PROVA DE AFERIÇÃO DE CONHECIMENTO (PROVA ESCRITA), DO PROCESSO DE ESCOLHA DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE AVAÍ/ SP.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Avaí - CMDCA, no uso de suas atribuições, conforme preconiza a Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, as Resoluções nºs 152/2012 e 170/2014, ambas expedidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e as Leis Municipais de nº 1.335/2000, 1.356/2000, 1.564/2003, 1.709/2007 e 1.959/2013, TORNA PÚBLICO a data, horário e local da Prova de Aferição de Conhecimento (Prova Escrita), conforme segue:

I – Data, horário e local da Prova Escrita:

a) Dia 14 de julho de 2019 (domingo), com início às 13h30min;

b) Local: Escola Municipal Professora Elza de Oliveira Antônio, endereço: Rua Dr. Pedro da Rocha Braga, nº 360 – centro, Avaí/SP.

II – Os candidatos deverão comparecer ao local da prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, antes da hora marcada para o seu início, munidos de lápis, borracha, caneta esferográfica de tinta azul ou preta, protocolo de inscrição e de documento oficial de identidade.

III – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se

Encaminhe-se cópias ao Ministério Público, Poder Judiciário e Câmara Municipal locais

Avaí, 04 de julho de 2019.

Valdeci da Silveira Costa

Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº. 08/2019.

Dispõe sobre decisão do C.M.D.C.A em relação ao recurso da Sra. Alexandra Muniz Costa, datado de 05/07/2019, para reavaliação de documentação de inscrição, CONTRA DECISÃO DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Avaí - CMDCA, no uso de suas atribuições, conforme preconiza a Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, as Resoluções nºs 152/2012 e 170/2014, ambas expedidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e as Leis Municipais de nº 1.335/2000, 1.356/2000, 1.564/2003, 1.709/2007 e 1.959/2013, TORNA PÚBLICO conforme segue:

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE AVAÍ

Conforme Lei Municipal nº 2.198, de 08 de maio de 2017

www.avai.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai

Considerando que a candidata complementou sua documentação para realização do tempo mínimo de residência ora exigido (2 anos) no Município de Avaí/SP (inciso IV do Item 2, do Edital de abertura) e requereu reavaliação,

Considerando que os documentos complementares atestam tempo de residência superior a 02 (dois) anos,

Considerando que cabe ao C.M.D.C.A submeter os recursos e impugnações à Comissão Especial Eleitoral e que esta tem autonomia em analisar e decidir referente ao Processo de Escolha do Conselho Tutelar,

Considerando que o C.M.D.C.A tem responsabilidade na organização do Processo de Escolha e visa garantir o bom andamento na seleção dos candidatos,

RESOLVE:

I - A plenária do C.M.D.C.A decide pelo DEFERIMENTO do recurso feito em nome da Sra. Alexandra Muniz Costa, e acata a decisão da Comissão Especial Eleitoral em deferimento da inscrição.

II – A Relação de Candidatos Inscritos deferidos passa a ser a seguinte:

Nº. INSCRIÇÃO	CANDIDATOS DEFERIDOS (APTOS)	RG
01	CAROLINE APARECIDA GONTIJO DE SOUZA	40.127.136-5
02	JULIANA DA SILVA	27.632.245-9
03	MARCELO DALLA RU	14.807.836-9
04	CHARLLES CLEYTON OLIVEIRA SIMONE	35.363.526-1
05	KUTIARA SEBASTIÃO KINOCITA	46.841.382-0
06	RAFAELA DA SILVA GUILHERME	47.598.677-5
07	CAIQUE RODRIGO LEMES SALLES	48.537.934-X
08	LETÍCIA SANTOS DUQUE	34.857.095-8
10	CLEYSON GONTIJO MARIANO DE SOUZA	52.398.785-7
11	JOSÉ AURÉLIO DA SILVA DOS REIS	48.537.906-5
12	ELEN DAIANE ROMEU	47.598.841-3
13	DIEGO PIO	44.498.387-9
14	SIRLENE CORREA FERNANDES TROMBINI	43.909.270-X
15	RENATA CRISTINA ALVES ORTIZ	26.739.411-1
16	LORENA BARBOSA DE OLIVEIRA SILVA	44.256.416-8
17	THAMIRIS REGINA DAL BOM	44.498.327-2
18	VALIANE RODRIGUES DE OLIVEIRA GOMES	41.185.219-X
19	ALEXANDRA MUNIZ COSTA	23.982.788-0
20	LARISSA COSTA BENTO	30.318.501-6

III – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se

Encaminhe-se cópias ao Ministério Público, Poder Judiciário e Câmara Municipal locais

Avaí, 10 de julho de 2019.

Valdeci da Silveira Costa

Presidente do CMDCA